

## CCT 2026/2027 – COMERCIO DE LAFAIETE

Foi celebrada a Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027, para o comércio varejista e atacadista de Conselheiro Lafaiete, entre o SINDCOMERCIO/CL e o SINDCOMERCARIOS. Ela está em vigor com abrangência em Conselheiro Lafaiete/MG. A seguir a íntegra da CCT:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA E DATA-BASE:** As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de março de 2026 a 28 de fevereiro de 2027 e a data-base da categoria em 1º de março.

**CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA:** A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) comércio varejista e atacadista – profissional – e empregados do comércio varejista e atacadista, com abrangência territorial em Conselheiro Lafaiete/MG.

**CLÁUSULA TERCEIRA – SALÁRIO DA CATEGORIA:** As partes ajustaram que o menor salário que poderá ser pago à categoria profissional a partir de 1º de março de 2026 será de R\$1.666,71 (Hum mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e um centavos) mensais.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os salários estabelecidos nesta cláusula não se aplicam aos empregados durante a vigência do contrato de experiência, sendo devido, a estes, o salário-mínimo nacional.

**CLÁUSULA QUARTA – GARANTIA MÍNIMA:** Aos denominados comissionistas puros, isto é, aos que percebem salário somente à base de comissões, fica concedida uma garantia mínima mensal correspondente ao piso salarial da categoria, previsto na cláusula terceira, acrescido de 4% (quatro por cento) (multiplicador 1.04 do salário da categoria).

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O comissionista puro cujo valor de suas comissões for superior, dentro do mês, a 45% do valor da garantia mínima, fará jus a um prêmio mensal equivalente a 14% do valor do salário da categoria e aos repousos semanais remunerados incidentes sobre o valor do prêmio.

**CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE SALARIAL:** A Entidade Patronal concede aos empregados do comércio varejista e atacadista representados pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Conselheiro Lafaiete, no dia 1º de março de 2026, data-base da categoria profissional, reajuste salarial sobre os salários vigentes no mês de aplicação dos índices, pela proporcionalidade a seguir:

ADMISSÃO	ÍNDICE	FATOR
março-25	4,00%	1,0400
abril-25	3,66%	1,0366
maio-25	3,32%	1,0332
junho-25	2,99%	1,0299
julho-25	2,65%	1,0265
agosto-25	2,31%	1,0231
setembro-25	1,98%	1,0198
outubro-25	1,65%	1,0165
novembro-25	1,32%	1,0132
dezembro-25	0,99%	1,0099
janeiro-26	0,66%	1,0066
fevereiro-26	0,33%	1,0033

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Na aplicação dos índices acima já se acham compensados os aumentos espontâneos e/ou antecipações salariais, concedidos no período de 1º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.

**CLÁUSULA SEXTA – ENVELOPE DE PAGAMENTO:** No ato do pagamento dos salários os empregadores deverão fornecer aos empregados envelope ou documento similar, inclusive podendo ser utilizado recibo físico ou eletrônico, que, contendo identificação da empresa, discrimine os valores dos salários pagos e respectivos descontos, sendo que uma via, obrigatoriamente, ficará em poder do empregado, podendo ser encaminhada por meio eletrônico (WhatsApp, e-mail).

**CLÁUSULA SÉTIMA – CÁLCULO DE FÉRIAS, DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO E RESCISÃO:** Para efeito de pagamento de férias, décimo terceiro salário e rescisão contratual do comissionista, serão tomados por base de cálculo a média dos últimos 3 (três) ou 6 (seis) meses, a que for mais favorável, exclusivamente sobre comissões. Aos empregados que percebem parte fixa mais comissões, aplica-se o mesmo cálculo, que será acrescido da parte fixa

do mês.

**CLÁUSULA OITAVA – DIFERENÇAS SALARIAIS:** As eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho poderão ser pagas, sem acréscimos legais, até o mês de dezembro de 2026.

**CLÁUSULA NONA – SALÁRIO DO SUBSTITUTO:** Fica garantido ao empregado admitido para função de outro dispensado sem justa causa, salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

**CLÁUSULA DÉCIMA – QUEBRA DE CAIXA:** Todo empregado que em sua jornada de trabalho exerça a função exclusivamente de caixa, deverá tê-la anotada em sua carteira de trabalho, recebendo, a título de quebra de caixa, o valor mensal de R\$67,31 (sessenta e sete reais e trinta e um centavos), por essa função.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Caso o empregador passe a adotar, a partir de 1º de março de 2026, como norma da empresa, que não serão exigidas reposições de diferenças apuradas no caixa, ou no controle de entrega de valores, não ficará obrigado a pagar a verba a título de quebra de caixa.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PLANO ODONTOLÓGICO:** As empresas obrigam-se a oferecer plano odontológico, nos termos desta cláusula, aos seus empregados vinculados a esta convenção coletiva de trabalho, exceto àqueles com contratos de trabalho por prazo determinado, caso do contrato de experiência.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As empresas pagarão o valor integral do plano, R\$21,50 (vinte e um reais e cinquenta centavos) mensais, por cada funcionário.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O SINDCOMERCIO CL, contratará, como estipulante e de maneira exclusiva, as operadoras interessadas em fornecer o plano odontológico, por meio de Contrato Coletivo por Adesão, conforme Resolução Normativa da ANS Nº 195, ao qual as empresas ficam obrigadas a solicitar a adesão de seus empregados, para oferecer o benefício.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O plano terá as seguintes características: cobertura definida pelo rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e mais 90 (noventa) procedimentos odontológicos, ampla rede credenciada, índice de desempenho da Saúde Suplementar - IDSS, divulgado anualmente pela ANS, não inferior a 0,85 no último exercício divulgado, atendimento nacional.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O empregado poderá solicitar a inclusão no plano odontológico, como dependentes, de seus parentes consanguíneos, ascendentes, descendentes e colaterais, até o 3º grau de parentesco e de seus parentes por afinidade até o 2º grau de parentesco, bem como do cônjuge ou companheiro, ocasião em que autorizará a empresa a promover o desconto em folha de pagamento dos respectivos valores correspondentes às inclusões.

**PARÁGRAFO QUINTO:** As solicitações de inclusão e desligamento de funcionários e dependentes, terão efeito a partir do mês seguinte à comunicação por escrito ao SINDCOMERCIO CL, desde que feitas até cinco dias úteis antes do último dia do mês.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Ainda que a empresa ofereça algum outro plano odontológico, não estará desobrigada de fazer a adesão de seus funcionários ao contrato coletivo estabelecido nesta cláusula.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** As empresas terão até 20 (vinte) dias a contar da assinatura desse instrumento coletivo de trabalho para solicitar a adesão dos seus empregados ao plano odontológico estabelecido nessa cláusula, ou apresentar a cópia da RAIS, caso não possuam empregados.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Após adesão ao plano odontológico a empresa se

obriga ao pagamento mensal da parcela, cujo valor custeado pela empresa referente ao Plano Odontológico não tem natureza salarial e em nenhuma hipótese será incorporado aos salários dos empregados.

**PARÁGRAFO NONO:** Caso a empresa descumpra esta cláusula, seja por não adesão ao plano odontológico ou por inadimplência das parcelas mensais, pagará multa mensal de R\$ 80,00 (oitenta reais) em favor do empregado prejudicado, de forma cumulativa, e pagará multa no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) por funcionário em favor dos sindicatos signatários desse instrumento, até que cumpra o estabelecido na forma desta cláusula, ambas as penalidades devidamente corrigidas pelos índices do INPC desde a data de assinatura da presente convenção coletiva de trabalho até o efetivo pagamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – HORAS EXTRAS:** As horas extraordinárias serão pagas com um adicional de 100% (cem por cento) sobre o salário-hora normal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O comissionista puro faz jus somente ao adicional de horas extras.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O percentual de que trata o caput desta cláusula aplica-se à hipótese do parágrafo quarto do artigo 71 da CLT.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VALE TRANSPORTE:** Ficam as empresas autorizadas, nos casos em que for devido, a efetuarem o pagamento do valor em dinheiro do vale- transporte diretamente ao funcionário, sem que o benefício perca sua natureza indenizatória, não integrando a remuneração do empregado para nenhum efeito, nem compoendo a base de cálculo do INSS ou do FGTS.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O valor do vale-transporte não poderá ser inferior àquele estipulado para o transporte público para o deslocamento da residência para o trabalho e vice-versa, e nem superior àquele efetivamente gasto pelo empregado naquele trajeto, podendo as empresas descontarem do funcionário o equivalente a 6% (seis por cento) do salário.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Com base na Declaração emitida pelo empregado, a empresa poderá fiscalizar o uso vale-transporte exclusivamente para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa, constituindo o uso indevido em falta grave, passível das sanções legais, tais como advertência, suspensão ou demissão por justa causa. O uso indevido do benefício autoriza a empresa a fazer o desconto no mês subsequente, dos valores correspondentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – COMUNICAÇÃO DE DISPENSA:** No ato da dispensa do empregado, a empresa deverá comunicá-lo por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANOTAÇÃO DA CTPS NA RESCISÃO:** Após a rescisão, a CTPS será obrigatoriamente apresentada pelo empregado a empresa, contra recibo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que esta, em igual prazo, anote a data da saída.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RELAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO:** Na época da rescisão contratual a empresa fornecerá ao empregado uma via da relação dos salários de contribuição, desde que requerida pelo empregado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ESTABILIDADE GESTANTE:** Será assegurada a estabilidade provisória da comerciária gestante no emprego, a partir do momento em que a gravidez se tornar conhecida, e até 60 (sessenta) dias após o término da licença obrigatória do INSS.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Recomenda-se que a gestante apresente o atestado médico relativo à gravidez, ao empregador, no máximo até 60 (sessenta) dias após o término do aviso prévio, sob pena de não fazer jus ao salário por dias não trabalhados.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CHEQUES SEM FUNDO:** É vedado às empresas descontarem, dos salários dos empregados, as importâncias correspondentes a cheques sem fundos recebidos de fregueses, desde que o empregado tenha cumprido as normas da empresa quanto ao recebimento de cheques.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CARGA E DESCARGA:** Fica vedada a carga e descarga de caminhões com a utilização de mão de obra de empregados vendedores.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMPENSAÇÃO MENSAL DE HORAS EXTRAS:** Faculta-se às empresas a adoção do sistema de compensação de horas extras, pelo qual as horas extras efetivamente realizadas pelos empregados, limitadas a 2 (duas) horas diárias, durante o mês, poderão ser compensadas, no prazo de até 10 (dez) meses após o mês da prestação da hora, com

reduções de jornadas ou folgas compensatórias.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Na hipótese de, ao final do prazo do parágrafo anterior, não tiverem sido compensadas todas as horas extras prestadas, as restantes deverão ser pagas como horas extras, ou seja, o valor da hora normal, acrescido do adicional de horas extras, conforme previsto na cláusula décima primeira desta Convenção Coletiva de Trabalho, observando-se o disposto no parágrafo segundo da referida cláusula.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Caso concedidas, pela empresa, reduções de jornada ou folgas compensatórias além do número de horas extras efetivamente prestadas pelo empregado, essas não poderão se constituir como crédito para a empresa, a ser descontado após o prazo do caput.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – HORÁRIO ESPECIAL DE NATAL:** Fica estabelecido que todas as horas do horário especial de funcionamento de natal, poderão ser compensadas através do banco de horas. A folga compensatória referente ao domingo poderá ser concedida até 90 (noventa) dias depois, preferencialmente, antes ou depois de um dos feriados do período.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso não seja dada a folga neste período deverá ser feito o pagamento das horas com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O Sindicato dos Empregados será informado do horário especial até 15 (quinze) dias antes do início.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – EMPREGADO ESTUDANTE:** É assegurada a saída antecipada do empregado estudante, de curso regular, 2 (duas) horas antes do término do expediente normal, nos dias de provas escolares, desde que pré-avise o empregador com 48 (quarenta e oito) horas e comprove sua presença, às provas, por declaração do estabelecimento de ensino.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DIA DO COMERCIÁRIO:** As Entidades Patronais concedem aos empregados no comércio efeito de feriado integral na segunda-feira de Carnaval (08 de fevereiro de 2027).

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O empregador que não dispensar o empregado de prestar serviço na referida segunda-feira de Carnaval, deverá conceder-lhe uma folga compensatória no decorrer dos 90 (noventa) dias que se seguirem a essa segunda-feira, sob pena de pagamento, em dobro, desse feriado trabalhado.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA –JORNADA ESPECIAL DE 12 X 36 HORAS:** Faculta-se a adoção do Sistema de trabalho denominado "Jornada Especial", com 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de folga, para o serviço de vigia.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para os que trabalham sob a denominada "Jornada Especial", as 12 (doze) horas serão entendidas como normais, sem incidência de adicional referido na cláusula décima primeira desta convenção, ficando esclarecido igualmente não existir horas extras no caso de serem ultrapassadas as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, desde que o excesso seja compensado na semana seguinte, o que é próprio desta "Jornada Especial".

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Fica assegurado, no curso desta "Jornada Especial", um intervalo de 1 (uma) hora para repouso e refeição.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Não se aplica à hipótese específica desta cláusula as disposições contidas na cláusula "compensação mensal de horas extras" desta Convenção.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - INTERVALO INTRAJORNADA:** Fica autorizado o intervalo intrajornada até o limite mínimo de 0h:45min (quarenta e cinco minutos) e máximo de 2h:30min (duas horas e trinta minutos), para jornadas superiores a 06 (seis) horas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Essa alteração no intervalo intrajornada só terá validade com aquiescência do empregado, através de autorização expressa por escrito.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Havendo a alteração do intervalo intrajornada, o início ou o final da jornada diária deverá ser ajustado proporcionalmente à redução.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – FERIADOS DE 12 DE OUTUBRO, 20 DE NOVEMBRO e 8 DE DEZEMBRO – COMÉRCIO EM GERAL:** Fica autorizado o trabalho dos empregados no comércio em geral, do Município de Conselheiro Lafaiete, condicionado à fixação, pela empresa, em local visível e de fácil acesso, do CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO, a ser solicitado ao

Sindicato Patronal, mediante o cumprimento das cláusulas deste instrumento coletivo, nos feriados do dia 12 (doze) de outubro, 20 (vinte) de novembro e 8 (oito) de dezembro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O trabalhador destas empresas que prestar serviço neste dia fará jus a uma gratificação a título de alimentação de R\$ 64,39 (sessenta e quatro reais e trinta e nove centavos), a título de alimentação e sem natureza salarial, que deverá ser pago juntamente com a folha de pagamento do mês correspondente ao feriado trabalhado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Deverão ser observados os intervalos intrajornada e Inter jornada previstos na legislação trabalhista.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A folga compensatória deverá ser concedida em até 90 (noventa) dias após o feriado trabalhado, sob pena de pagamento em dobro desse dia.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – TRABALHO EM FERIADOS – GÊNEROS**

**ALIMENTÍCIOS:** Ficam autorizadas a convocar seus empregados para o trabalho em feriados, exceto 25/12 (Natal) e 1º/01 (Dia da Confraternização Universal), as empresas do comércio de gêneros alimentícios que aderirem ao SISTEMA DE TRABALHO EM FERIADOS, instituído por essa cláusula, cumprindo todos os seus termos como segue:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os termos desta cláusula não se aplicam ao funcionamento dos segmentos que já possuem autorização permanente de funcionamento dos termos das normas vigentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O trabalhador que prestar serviço em feriado terá sua jornada normal estabelecida em 8 (oito) horas, devendo ser observados os intervalos intrajornada e Inter jornada previstos na legislação trabalhista, bem ainda, o fornecimento de vale-transporte quando aplicável.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O comerciante que trabalhar em feriados fará jus a uma gratificação, por cada feriado trabalhado, no valor de R\$79,24 (setenta e nove reais e vinte e quatro centavos), a título de alimentação e sem natureza salarial, que deverá ser pago juntamente com a folha de pagamento do mês correspondente ao feriado trabalhado.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A empresa pagará TAXA PARA UTILIZAÇÃO DE TRABALHO EM FERIADO no importe de R\$74,00 (setenta e quatro reais) por empregado referente a todos feriados autorizados no período de vigência desta convenção coletiva, a ser recolhida no prazo de até 05 (cinco) dias antes do primeiro feriado, após a assinatura desse instrumento coletivo, por meio de guias próprias fornecidas pela entidade laboral ou depósito bancário na conta na Caixa Econômica Federal nº 000.577.602.993-3, Agência 0127, Operação 003. Poderão ser descontados do pagamento os valores já pagos ao sindicato laboral previstos nas Convenções Coletivas de Trabalho Específicas celebradas desde a data base.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Para a adesão ao Sistema previsto no caput, a empresa deverá obter junto ao sindicato patronal o CERTIFICADO DE ADESÃO AO SISTEMA DE TRABALHO EM FERIADOS, a ser fixado pela empresa em local visível e de fácil acesso, que será emitido mediante o envio, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do respectivo feriado, preferencialmente, via e-mail para sindcomerciocl@gmail.com com cópia para sindcl@gmail.com dos documentos relacionados abaixo:

I – Cópia da GFIP do mês de março/2026 ou documento equivalente declarando o número de funcionários da empresa;

II – Guia paga ou recibo de depósito referente à TAXA PARA UTILIZAÇÃO DE TRABALHO EM FERIADO (Parágrafo 4º);

III – Guia paga da CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL (cláusula 31ª).

**PARÁGRAFO SEXTO:** Caso a empresa tenha convocado funcionários para o trabalho nos feriados autorizados nessa cláusula, que já tenham transcorrido, obriga-se a cumprir todas as disposições aqui contidas, até 05 (cinco) dias antes do primeiro feriado, após a assinatura desse instrumento coletivo.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Caso a empresa descumpra esta cláusula, utilizando o trabalho de funcionários sem que tenha o CERTIFICADO DE ADESÃO AO SISTEMA DE TRABALHO EM FERIADOS, pagará multa de R\$200,00 (duzentos reais) em favor do empregado prejudicado, e pagará multa no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) por funcionário e por feriado, em favor dos sindicatos signatários desse instrumento, ambas as penalidades devidamente corrigidas pelos índices do INPC desde a data de assinatura da presente convenção coletiva de trabalho até o efetivo pagamento, sem prejuízo das multas legais cabíveis.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – AUXÍLIO-DOENÇA:** O empregado que estiver afastado do serviço e recebendo auxílio-doença ou prestação por acidente do trabalho da Previdência Social pelo prazo de até 6 (seis) meses, não terá esse tempo deduzido para fins de aquisição de férias.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – UNIFORME:** Fica estabelecido que o empregador fornecerá, gratuitamente, uniforme ao empregado, quando de uso obrigatório, inclusive calçados, se exigido de determinado tipo.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DISPENSA DE MÉDICO COORDENADOR:** As empresas com mais de 25 (vinte e cinco) e menos de 50 (cinquenta) empregados, enquadradas no grau de risco 1 ou 2, segundo o Quadro I da NR 4, ficam desobrigadas de indicar médico coordenador do PCMSO.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O número de empregados a que se refere o caput desta cláusula será aferido computando-se a totalidade dos estabelecimentos da empresa.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

**EMPREGADOS:** As empresas do comércio varejista de Conselheiro Lafaiete, como meras intermediárias, se obrigam a descontar de todos os seus empregados, conforme ARE 1.018.459 (Tema 935 STF), a importância equivalente a 6% (seis por cento) da remuneração do mês da assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho, limitado o valor do desconto a R\$115,00 (cento e quinze reais), em prol do Sindicato Profissional, a título de Contribuição Assistencial, como deliberada pela assembleia geral da categoria, e na forma do Termo de Adesão ao Termo de Ajustamento de

Conduta – TAC nº 454/2004, firmado perante o Ministério do Trabalho e Emprego, processo 46211.015793/2004-19, devendo os valores serem repassados até o último dia útil do mês subsequente, a crédito da Caixa Econômica Federal, conta nº 000.577.602.993-3, Agência 0127, Operação 003, Conselheiro Lafaiete, ou através de guias próprias fornecidas pela Entidade Profissional.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O repasse dos valores além do prazo estabelecido será acrescido de multa de 2% (dois por cento), juros moratórios de 1% (um por cento) e atualização monetária pela variação do INPC.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Fica garantido ao empregado o DIREITO DE OPOSIÇÃO ao desconto da contribuição assistencial no seu salário, o qual deverá ser exercido individualmente e por meio de carta de próprio punho, entregue pessoalmente na Sede do Sindicato Profissional, ou enviada por carta registrada, ou ainda enviada ao e-mail (sindcl@gmail.com), no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da assinatura do presente Termo, desde que comprovado junto à empresa por meio de cópia da carta e respectivo registro nos Correios, ou protocolo no sindicato profissional ou cópia do e-mail enviado, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente à assinatura, em estrita observância ao decidido pelo STF no ARE 1.018.459 (Tema 935).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As empresas e a entidade sindical empresarial ficam isentas de qualquer responsabilidade por ter sido realizado o desconto da contribuição assistencial e seu repasse feito à entidade profissional, devendo em caso de divergência, o empregado, em até 30 (trinta) dias após o desconto, procurar diretamente seu sindicato profissional, munido da comprovação da oposição realizada conforme prazo estabelecido no parágrafo segundo desta cláusula.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

**PATRONAL:** As empresas vinculadas a esta convenção coletiva de trabalho, que se beneficiam diretamente deste instrumento, obrigam-se a recolher até 30 (trinta) dias após a data deste instrumento, em favor do Sindicato do Comércio de Conselheiro Lafaiete a Contribuição Assistencial Patronal, instituída em assembleia da categoria, objetivando garantir os recursos financeiros necessários à manutenção das atividades da entidade, especialmente as decorrentes das negociações coletivas de trabalho.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O valor da Contribuição Assistencial terá as seguintes faixas: 00 a 05 empregados: R\$ 319,41 (trezentos e dezenove reais e quarenta e um centavos); com 06 a 10 empregados: R\$ 479,12 (quatrocentos e setenta e nove reais e doze centavos); com 11 a 20 empregados: R\$ 638,82 (seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e dois centavos); com 21 a 50 empregados: R\$ 798,53 (setecentos e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos); com 51 a 100 empregados: R\$ 1.117,94 (hum mil, cento e dezessete reais e noventa e quatro centavos); com 101 a 250 empregados: R\$ 1.437,35 (hum mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos); com 251 a 500 empregados: R\$ 1.756,76 (hum mil,

setecentos e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos); Acima de 500 empregados: R\$ 2.076,17 (dois mil e setenta e seis reais e dezessete centavos); Microempreendedor individual (MI): R\$ 159,71 (cento e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos), com um adicional de R\$ 11,00 (onze reais) por funcionário para todas as categorias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Após a data limite para pagamento haverá acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e de juros de mora de 1 % (Hum por cento) ao mês, pro rata die, pelo pagamento em atraso;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A comprovação do número de empregados deverá ser feita pela empresa, quando solicitada, por meio da GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, ou documento equivalente, em até 10 dias.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - RELAÇÃO NOMINAL:** Os empregadores remeterão ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Conselheiro Lafaiete, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recolhimento da contribuição sindical dos seus empregados, relação nominal desses empregados contribuintes, indicando a função de cada um, o salário percebido no mês a que corresponder a contribuição e o respectivo valor recolhido, nos termos da Portaria nº 3.233, de 29/12/83.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DESCONTO DE MENSALIDADES:** Nos termos do art. 545 da CLT, as empresas se obrigam a descontar em folha de pagamento as mensalidades sociais devidas ao Sindicato, desde que devidamente autorizadas pelos empregados.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – FISCALIZAÇÃO:** A Superintendência Regional do Trabalho em Minas Gerais é autorizada a fiscalização da presente Convenção Coletiva de Trabalho, em todas as suas cláusulas.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – PREVALÊNCIA NORMATIVA:** As normas constantes na presente Convenção Coletiva de Trabalho, sujeitam todos os integrantes das categorias, patronal e profissional, prevalecendo todas as suas cláusulas sobre eventuais Acordo Individuais e Acordos Coletivos de Trabalho, quando mais favoráveis ao trabalhador.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – EFEITOS:** E, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos, a presente Convenção Coletiva de Trabalho foi celebrada em 2 (duas) vias de igual teor e forma, sendo levada a registro junto ao Ministério da Economia.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As seguintes cláusulas: 11ª - PLANO ODONTOLÓGICO; 12ª - HORAS EXTRAS; 17ª – ESTABILIDADE GESTANTE; 20ª – COMPENSAÇÃO MENSAL DE HORAS EXTRAS; 24ª - JORNADA ESPECIAL 12X36, deste instrumento coletivo, terão seus efeitos mantidos até a celebração de nova Convenção Coletiva de trabalho, desde que esse prazo não ultrapasse a 12 (doze) meses após o final da vigência estabelecida na cláusula primeira desta convenção coletiva

Conselheiro Lafaiete/MG, 24 de março de 2026.

Laercio Camilo Coelho – Sindcomerciários-CL /

Bento Jose Oliveira – Sindcomercio-CL